



Caderno de Prova
- Concurso Público 01/2017 -
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO
DE JAGUARIÚNA**



**CONCURSO PÚBLICO 01/2017
PROCURADOR JURÍDICO**

Senhor (a) Candidato (a):

Leia com atenção e cumpra rigorosamente as seguintes instruções. Elas são parte da prova e das normas que regem este Concurso Público.

01. Este Caderno de Prova contém **60 (sessenta) questões objetivas** a serem respondidas. Recebido do fiscal da sala, você deve conferi-lo, verificando se está completo. Caso contrário, deve solicitar a sua substituição.

02. O Caderno de Prova pode ser usado livremente para fazer rascunhos e, ao final da prova, deverá ser entregue ao fiscal de sala.

03. O tempo de duração total da prova será de **3 (três) horas**, incluído o preenchimento do CARTÃO RESPOSTA e excluído o tempo para leitura das instruções pelo fiscal.

04. Não será permitida a saída definitiva do candidato da sala antes de transcorrida 1 (uma) hora do início da prova.

05. Cada questão oferece **4 (quatro) alternativas de resposta, sendo apenas 1 (uma) delas correta.**

06. Não é permitido comunicar-se com outro candidato ou socorrer-se de consultas a livros, anotações, agendas eletrônicas, gravadores, usar máquina calculadora, telefone celular e/ou similares ou qualquer instrumento receptor/transmissor de mensagens, nos termos das disposições do Edital de Abertura das Inscrições.

07. No CARTÃO RESPOSTA:

- ✓ **Conferir se o número de inscrição, RG e o Cargo estão corretos.**
- ✓ **Conferir se o retângulo laranja está assinado.**
- ✓ Preencher com caneta azul ou preta **suficientemente pressionada** apenas a alternativa que julgar ser correta em cada questão, conforme o exemplo a seguir.

01	B	C	D
02	A	C	D
03	A	B	C
04	A	B	D

- ✓ CARTÃO RESPOSTA mal preenchido NÃO é lido corretamente pela leitora ótica.

08. Ao final da prova, você deve devolver para o fiscal da sala o **CARTÃO RESPOSTA e o CADERNO DE PROVA.**

09. O **CARTÃO RESPOSTA** não poderá ser dobrado, rasurado ou amassado, **porque é insubstituível.**

10. A questão não assinalada ou assinalada com mais de 1 (uma) alternativa, emendada, rasurada, borrada, ou que estiver com outra assinalação que não a prevista no item **07, será anulada.**

11. Os dois últimos candidatos deverão permanecer na sala até a entrega da prova pelo último candidato.

BOA PROVA!

Gabarito (Uso do Candidato)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

CRONOGRAMA

30/01/2018	O Gabarito será divulgado nos endereços eletrônicos http://orhion.com.br/ ; www.jaguariuna.sp.gov.br , no quadro de Aviso da Prefeitura do Município de Jaguariúna e no Diário Oficial do Município.
30/01/2018 A 01/02/2018	Provas originais estarão disponíveis no site http://orhion.com.br (opção área do candidato → Ver Arquivos do Edital) das 10h00 do dia 30/01/2018 às 17h00 do dia 01/02/2018 .
31/01/2018 E 01/02/2018	Recurso contra o gabarito: iniciando-se no dia 31 de janeiro 2018 , às 0h00m e encerrando-se, impreterivelmente, às 23h59m do dia 1 de fevereiro de 2018

PORTUGUÊS

Leia o trecho da música abaixo e responda de 01 a 07.

Hino Nacional Brasileiro

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza.

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do novo mundo!

Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
"Nossos bosques têm mais vida",
"Nossa vida" no teu seio "mais amores".

Ó pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro dessa flâmula
- Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

<http://www2.planalto.gov.br/acervo/simbolos-nacionais/hinos/hino-nacional-brasileiro-1>

01. No verso: "Ouviram do Ipiranga as margens plácidas", o sujeito de ouviram é:

- a) indeterminado.
- b) oculto.
- c) simples.
- d) composto.

02. Levando em conta a segunda estrofe do hino nacional, assinale a alternativa que indica **CORRETAMENTE** o objeto do verbo conquistar:

- a) Liberdade.
- b) Com braço forte.
- c) O nosso peito.
- d) O penhor dessa igualdade.

03. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A palavra "plácidas" é um adjetivo que tem mesma semântica de tranquilidade e de sossego.
- b) A palavra "brado" é um substantivo masculino que tem mesma semântica de grito ou voz intensa que pode ser ouvida de longas distâncias.
- c) A palavra "retumbante" é um adjetivo que tem mesma semântica de "que provoca um som muito alto, intenso e de grande repercussão".
- d) A palavra "fúlgidos" é um adjetivo que tem mesma semântica de "ter pouca duração, ser breve ou transitório".

04. Levando em consideração a estrofe a seguir, assinale a alternativa **INCORRETA**:

Do que a terra mais garrida

Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;

"Nossos bosques têm mais vida",

"Nossa vida" no teu seio "mais amores".

- a) As expressões "Nossos bosques têm mais vida", "Nossa vida" e "mais amores" estão entre aspas, pois podem ser uma referência externa.

- b) A palavra "têm" continua com acento diferencial após a última reforma ortográfica da língua portuguesa, assim como crêem e vêem.

- c) A ordem direta da estrofe é: Teus campos lindos, risonhos, têm mais flores do que a terra mais garrida; "nossos bosques têm mais vida," "nossa vida" no teu seio "mais amores".

- d) A palavra "garrida" exerce função morfológica de adjetivo, e concorda com "terra".

05. Assinale a alternativa **CORRETA** que contém a figura de linguagem que pode ser observada na primeira estrofe:

- a) Zeugma e hipérbato.
- b) Hipérbato e prosopopeia.
- c) Hipérbato e metonímia.
- d) Aliteração e zeugma.

06. Leia a estrofe abaixo:

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) As palavras "lucila" e "rutila" têm mesma semântica de "resplandece".
- b) No verso "De amor e de esperança à terra desce" é possível trocar a palavra "desce" pela palavra "descem" sem ferir a norma culta da língua portuguesa.
- c) No verso "Se em teu formoso céu, risonho e límpido," há um aposto.
- d) A expressão "A imagem do Cruzeiro" é um complemento verbal de "resplandece".

07. As palavras impávido, fulguras e florão, **NÃO** têm mesmo sentido semântico, respectivamente, de:

- a) Impetuoso, resplandeces, enfeite.
- b) Corajoso, cintilas, adorno.
- c) Intrépido, brilhas, ornato.
- d) Poltrão, resplandeces, decoração em forma de flor.

08. Assinale a alternativa na qual o hífen foi utilizado de forma **INCORRETA**:

- a) O médico prescreveu um *anti-inflamatório*.
- b) Ele se sente um *semi-deus* quando o assunto é futebol.
- c) Vamos ao shopping de *micro-ônibus*.
- d) Não coma sem lavar as mãos, é *anti-higiênico*.

09. Analise as afirmativas a seguir:

I - Sem motivo algum, ele para o carro no meio da rua.

II - Eles têm uma grande amizade, desde a infância.

III - A estudante foi visitar sua mãe na cidade de Bocaiúva.

IV - Viajar lhe causa enjôo.

V - Eles lêem jornal diariamente.

Assinale a alternativa CORRETA:

a) Apenas as afirmativas I, IV e V não estão escritas de acordo com a norma culta da língua portuguesa.

b) Apenas as afirmativas I e IV estão escritas de acordo com a norma culta da língua portuguesa.

c) Apenas as afirmativas II e III estão escritas de acordo com a norma culta da língua portuguesa.

d) Apenas as afirmativas III, IV e V não estão escritas de acordo com a norma culta da língua portuguesa.

10. Assinale a alternativa em que presença/ausência da crase está empregada de forma INCORRETA:

a) O plano dos meninos saiu às avessas.

b) Não chegaram a saber quem era a autoridade competente.

c) Encontramos os barcos às margens da lagoa.

d) Submeterei àqueles alunos a uma prova.

11. Analise a frase a seguir: Bastantes postos aumentaram o valor do combustível. Assinale a alternativa CORRETA.

a) Na frase acima, "bastantes" assume a função de pronome indefinido, aparecendo antes de um substantivo com o qual deve concordar em número.

b) Na frase acima, "bastantes" é um advérbio de intensidade, por isso é variável.

c) Na frase acima, "bastantes" é um adjetivo, por isso deve concordar com o substantivo em número.

d) Na frase acima, "bastantes" deveria ser escrito no singular, por representar quantidade ou qualidade indefinida.

12. Analise as afirmativas a seguir:

I - A vogal tônica do hiato formado com ditongo crescente perde o acento agudo.

II - Os ditongos abertos "éi" e "ói", em palavras oxítonas, perdem o acento agudo.

III - As palavras homônimas não perderam o acento diferencial de timbre ou tonicidade.

IV - As palavras terminadas em "ôo(s)" perdem o acento circunflexo.

V - A reforma aceita dupla grafia em determinadas palavras se elas forem pronunciadas tal qual são escritas.

Assinale a alternativa CORRETA:

a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

b) Apenas as afirmativas I, II e III estão incorretas.

c) Apenas as afirmativas II, IV e V estão corretas.

d) Apenas as alternativas II, III e IV estão incorretas.

13. Associe a primeira coluna com a segunda coluna e, a seguir, marque a alternativa CORRETA que completa os parênteses de cima para baixo:

COLUNA 1	COLUNA 2
1 - Voz Ativa	() Alcançou-se o desejado.
2 - Voz Passiva Sintética	() Vários protestos foram registrados durante a cerimônia.
3 - Voz Reflexiva	() O homem penalizou-se pelo seu erro.
4 - Voz Passiva Analítica	() Atingiram-se os parâmetros estabelecidos.
	() Assistimos boas séries durante as férias.

a) 2; 1; 3; 4; 4.

b) 2; 4; 3; 2; 1.

c) 4; 2; 3; 4; 1.

d) 2; 4; 1; 4; 3.

14. Considerando o uso da vírgula, associe a primeira coluna com a segunda coluna e, a seguir, marque a alternativa CORRETA que completa os parênteses de cima para baixo:

COLUNA 1	COLUNA 2
1- Isola um Aposto.	() Hoje pela manhã, encontrei os servidores reunidos na Prefeitura.
2- Separa oração coordenada adversativa.	() Machado de Assis, representante do Realismo, escreveu "Dom Casmurro".
3- Separa oração coordenada assindética.	() Chegou, sentou, começou a falar.
4- Separa orações intercaladas.	() São somente estes, a não ser que existam outros, os documentos que devem ser protocolados.
5- Separa adjunto adverbial anteposto.	() Ele a escutava, mas não concordava com sua opinião.

a) 5; 4; 3; 1; 2.

b) 3; 2; 5; 4; 1.

c) 3; 2; 4; 5; 1.

d) 5; 1; 3; 4; 2.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

DIREITO CONSTITUCIONAL

15. Sobre a competência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa CORRETA:

a) Cabe ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.

b) Cabe ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.

c) Cabe ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.

d) Cabe ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.

16. Considerando as Súmulas do Supremo Tribunal Federal, em matéria constitucional, analise os enunciados a seguir:

I - É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

II - É constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.

III - Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

IV - É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

V - É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

Assinale a alternativa CORRETA:

a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

b) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.

c) Apenas as afirmativas II, IV e V estão corretas.

d) Apenas as afirmativas I, III, IV e V estão corretas.

17. Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE a lacuna do texto:

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo _____, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

- a) Tribunal de Contas da União.
- b) Ministério Público Federal.
- c) Congresso Nacional.
- d) Poder Judiciário.

18. Sobre as afirmativas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Compete privativamente ao Presidente da Câmara dos Deputados convocar e presidir o Conselho da República.
- b) Participam do Conselho da República o Presidente da Câmara dos Deputados, o Vice-Presidente da República, o Presidente do Senado Federal, os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados, os líderes da maioria e da minoria no Senado Federal, o Ministro da Justiça, seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução.
- c) Compete ao Conselho da República pronunciar-se sobre intervenção federal e estadual, estado de defesa e estado de sítio, as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.
- d) O Presidente da República poderá convocar Ministro de Estado para participar da reunião do Conselho da República, quando constar da pauta questão relacionada com o respectivo Ministério.

19. Quanto às finanças e orçamentos públicos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É permitido ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.
- b) O Poder Executivo publicará, até quarenta e cinco dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- c) Cabe à lei complementar dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.
- d) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

20. Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE a lacuna do texto:

O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de _____, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

- a) 15 mil habitantes.
- b) 20 mil habitantes.
- c) 25 mil habitantes.
- d) 30 mil habitantes.

21. Analise as afirmativas abaixo sobre a política de desenvolvimento urbano:

I – É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente de: (i) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; (ii) parcelamento ou edificação compulsórios; (iii) desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

II – Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

III – Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

IV – A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

V – A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão incorretas.
- b) Apenas as afirmativas I, II e III estão incorretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão incorretas.
- d) Apenas as afirmativas I, IV e V estão incorretas.

22. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.
- b) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- c) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de dez dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- d) A perda ou suspensão dos direitos políticos só se dará nos casos de cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado, incapacidade civil absoluta, condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII e improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º todos da Constituição Federal.

23. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar percentuais determinados na Constituição Federal, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências, realizado no exercício anterior. Com base na afirmação anterior, assinale a alternativa INCORRETA quanto aos percentuais e número de habitantes:

- a) 6% (seis por cento) para Municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes.
- b) 5% (cinco por cento) para Municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes.
- c) 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões) de habitantes.
- d) 3% (três por cento) para Municípios com população entre 3.000.001 (três milhões e um) e 8.000.000 (oito milhões) de habitantes.

24. Sobre a administração pública, analise as afirmativas a seguir:

I – É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

II – Os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.

III – A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

IV – Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a suspensão da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

V – As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas I, III e IV estão corretas.
- c) Apenas I, IV e V estão corretas.
- d) Apenas I, III e V estão corretas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

25. De acordo com a Lei nº 8.666/93, considera-se contrato:

- a) Todo e qualquer ajuste em que haja acordo de vontades, entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, visando a formação de vínculo, com a estipulação de obrigações recíprocas.
- b) Todo e qualquer ajuste em que haja acordo de vontades, entre órgãos da Administração Pública e outros órgãos da administração pública, visando a formação de vínculo, com a estipulação de obrigações recíprocas.
- c) Todo e qualquer ajuste em que haja acordo de vontades, entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, visando a formação de vínculo, com a estipulação de obrigações, nem sempre recíprocas.

d) Todo e qualquer ajuste em que haja acordo de vontades, entre órgãos da Administração Pública e outros órgãos da administração pública, visando a formação de vínculo, com a estipulação de obrigações, nem sempre recíprocas.

26. As afirmações abaixo se referem à licitação para execução de obras e prestação de serviços. Assinale a alternativa CORRETA:

I – Em particular, obedecem a sequência: projeto básico, projeto executivo e execução de obras e serviços.

II – A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores.

III – O projeto executivo poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços, independente de autorização pela Administração.

IV – A execução das obras e dos serviços deve programar-se, sempre, em sua totalidade, previstos seus custos atual e final e considerados os prazos de sua execução.

V – É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

- a) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I, II, IV e V estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, II, IV e IV estão corretas.

27. Sobre as modalidades de licitação, assinale a alternativa CORRETA:

a) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis, a quem oferecer o maior lance, sempre superior ao valor da avaliação.

b) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o quinto dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

c) Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

d) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase final comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

28. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.
- b) No caso de consórcios públicos, aplicar-se-á o dobro dos valores mencionados no *caput* do art. 23 da Lei nº 8.666/93, quando formado por até 3 (três) entes da Federação, e o triplo, quando formado por maior número.
- c) É vedada a utilização da modalidade "convite" ou "tomada de preços", conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de "tomada de preços" ou "concorrência", respectivamente, nos termos do art. 23 da Lei nº 8.666/93, exceto para as parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade diversa daquela do executor da obra ou serviço.
- d) Nos casos em que couber tomada de preços, a Administração poderá utilizar o convite e, em qualquer caso, a concorrência.

29. Assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma das hipóteses de dispensa de licitação, nos termos do art. 24 da Lei nº 8.666/93:

- a) Contratação para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.
- b) Contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.
- c) Contratação de instituição ou organização, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal.
- d) Contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, para beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água.

30. Assinale a alternativa INCORRETA, quanto à documentação relativa à qualificação técnica exigida pela Lei nº 8.666/93:

- a) As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.
- b) Será sempre admitida a comprovação de aptidão por meio de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.
- c) Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- d) Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-operacional de que trata o inciso I do § 1º do art. 30 da Lei nº 8.666/93 deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência exclusivamente superior, desde que aprovada pela administração.

31. A licitação, nos termos da Lei nº 8.666/93, será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

I - Abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes, e sua apreciação.

II - Devolução dos envelopes abertos aos concorrentes inabilitados, contendo as respectivas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação.

III - Abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados, independente de ter transcorrido o prazo para interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos.

IV - Verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

V - Julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I, II, III e V estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I, IV e V estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, II, IV e V estão corretas.

32. Nos termos da Lei nº 7.347/85, analise as seguintes afirmativas:

I - A requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública, poderá o Presidente do Tribunal a que competir o conhecimento do respectivo recurso suspender a execução da liminar, em decisão fundamentada, da qual caberá agravo para uma das turmas julgadoras, no prazo de 10 (dez) dias a partir da publicação do ato.

II - Decorridos noventa dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.

III - Em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão solidariamente condenados em honorários advocatícios e ao quintuplo das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos.

IV - Os autos do inquérito civil ou das peças de informação arquivadas serão remetidos, sob pena de se incorrer em falta grave, no prazo de 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público.

V - O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis. Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II, IV e V estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas IV e V estão corretas.

33. O regime jurídico dos contratos administrativos NÃO confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

- a) Modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, resguardados os direitos do contratado.
- b) Rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados em lei.
- c) Fiscalizá-los a execução e aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
- d) Nos casos de serviços essenciais, ocupar definitivamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

34. Nos termos da Lei 9.784/99, analise as afirmativas a seguir:

I - A Administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

II - O direito da Administração de revogar os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

III - Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

IV - O direito da Administração de revogar os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis patrimoniais contínuos para os destinatários, o prazo de prescrição contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

V - Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e IV estão incorretas.
- c) Apenas as afirmativas II, III e V estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, II e IV estão incorretas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

35. Considerando o disposto na Lei nº 6.830/80, analise as afirmativas a seguir:

I - A inscrição na dívida ativa, que se constitui no ato de controle administrativo da legalidade, será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito e suspenderá a decadência, para todos os efeitos de direito, por 180 dias, ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.

II - Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.

III - A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, inclusive o da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário.

IV - A citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal.

V - O edital de citação será afixado na sede do Juízo, publicado três vezes no órgão oficial, gratuitamente, como expediente judiciário, com o prazo de 60 (sessenta) dias, e conterà, apenas, a indicação da exequente, o nome do devedor e dos corresponsáveis, a quantia devida, a natureza da dívida, a data e o número da inscrição no Registro da Dívida Ativa, o prazo e o endereço da sede do Juízo.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as afirmativas I, III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas II, IV e V estão corretas.

36. Consoante dispõe o art. 11 da Lei nº 6.830/80, a penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem:

- a) I - dinheiro; II - título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa; III - pedras e metais preciosos; IV - imóveis; V - navios e aeronaves; VI - veículos; VII - móveis ou semoventes; e VIII - direitos e ações.
- b) I - dinheiro; II - pedras e metais preciosos; III - imóveis; IV - título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa; V - navios e aeronaves; VI - veículos; VII - móveis ou semoventes; e VIII - direitos e ações.
- c) I - dinheiro; II - título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa; III - pedras e metais preciosos; IV - imóveis; V - móveis ou semoventes; VI - navios e aeronaves; VII - veículos; e VIII - direitos e ações.
- d) I - dinheiro; II - pedras e metais preciosos; III - imóveis; IV - título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa; V - navios e aeronaves; VI - veículos; VII - móveis ou semoventes; e VIII - direitos e ações.

37. Considerando o que dispõe a Constituição Federal sobre o Sistema Tributário Nacional, analise as seguintes afirmativas:

I - Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 65 (sessenta e cinco) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo fixado em lei para os fins do disposto no § 3º do artigo 100 da Constituição Federal, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.

II - É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de dezembro, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

III - As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento integral e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para os casos de preterimento de seu direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do seu débito, o sequestro da quantia respectiva.

IV - Antes da expedição dos precatórios, o Tribunal solicitará à Fazenda Pública devedora, para resposta em até 30 (trinta) dias, sob pena de perda do direito de abatimento, informação sobre os débitos que preenchem as condições estabelecidas no § 9º do art. 100 da Constituição Federal, para os fins nele previstos.

V - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aferirão mensalmente, em base anual, o comprometimento de suas respectivas receitas correntes líquidas com o pagamento de precatórios e obrigações de pequeno valor. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas III, IV e V estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas II, IV e V estão corretas.

38. Sobre a repartição das receitas tributárias prevista na Constituição Federal, analise as seguintes afirmativas:

I - Pertence aos Municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituam e mantiverem.

II - Pertence aos Municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.

III - Pertence aos Municípios vinte por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

IV - Pertence aos Municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na

hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III, da Constituição Federal.

V - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, até o quinto dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas III, IV e V estão corretas.

39. Considerando as disposições contidas no Código Tributário Nacional a respeito de pagamento e pagamento indevido, analise as afirmativas abaixo:

I - Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre trinta dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.

II - O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas nesta Lei ou em lei tributária.

III - Prescreve em cinco anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

IV - O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 2 (dois) anos.

V - A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II, III e V estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, II e V estão corretas.

40. Sobre isenção e anistia previstas no Código Tributário Nacional, analise as afirmativas a seguir:

I - A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para sua concessão.

II - A anistia pode ser concedida a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.

III - A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.

IV - A isenção e a anistia são modalidades de extinção do crédito tributário.

V - A anistia não abrange as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, IV e V estão corretas.

41. Considerando as Súmulas do Supremo Tribunal Federal, em matéria tributária, analise os Enunciados a seguir:

I - A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.

II - É inconstitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.

III - É constitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS sobre operações de locação de bens móveis.

IV - Norma legal que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.

V - Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, "c", da Constituição Federal, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, IV e V estão corretas.

42. Sobre a Lei nº 12.153/09, analise as afirmações a seguir:

I - É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.

II - Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

III - Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública como autores, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas.

IV - São permitidos o fracionamento, a repartição ou a quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da entrega da requisição do juiz à autoridade citada para a causa, independentemente de precatório, na hipótese do § 3º do art. 100 da Constituição Federal e, em parte, mediante expedição de precatório, bem como a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago.

V - As Turmas Recursais do Sistema dos Juizados Especiais são compostas por juízes em exercício no segundo grau de jurisdição, na forma da legislação dos Estados e do Distrito Federal, com mandato de 2 (dois) anos, e integradas, preferencialmente, por juízes do Sistema dos Juizados Especiais.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas III, IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I, III, IV e V corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, II, III, IV estão corretas.

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

43. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória.
- b) Decorrido um ano da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando três anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.
- c) A sentença que determinar a abertura da sucessão provisória só produzirá efeito noventa dias depois de publicada pela imprensa, contudo, que julgado, proceder-se-á à abertura do testamento, se houver, e ao inventário e partilha dos bens, como se o ausente fosse falecido.
- d) Regressando o ausente nos cinco anos seguintes à abertura da sucessão provisória, ou algum de seus descendentes ou ascendentes, aquele ou estes haverão só os bens existentes no estado em que se acharem, os sub-rogados em seu lugar, ou o preço que os herdeiros e demais interessados houverem recebido pelos bens alienados depois daquele tempo.

44. Quanto às associações e fundações, analise as afirmações a seguir:

I - Constituem-se as associações pela união de pessoas e patrimônio que se organizem para fins econômicos.

II - Pode-se afirmar que há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

III - A fundação não poderá constituir-se para fins de atividades religiosas.

IV - Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma seja deliberada por um terço dos competentes para gerir e representar a fundação.

V - A exclusão do associado é admissível mesmo sem haver justa causa, desde que haja aprovação da Assembleia Geral por um terço dos presentes.

Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Apenas as afirmativas I, II, IV estão incorretas.
- b) Apenas as afirmativas II, III e IV estão incorretas.
- c) Apenas as afirmativas III, IV e V estão incorretas.
- d) Apenas as afirmativas I, II, III, IV e V estão incorretas.

45. Sobre o direito de vizinhança, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O confinante, que primeiro construir, pode assentar a parede divisória até meia espessura no terreno contíguo, sem perder por isso o direito a haver meio valor dela se o vizinho a travejar, caso em que o primeiro fixará a largura e a profundidade do alicerce.
- b) O dono do prédio que não tiver acesso a via pública, nascente ou porto, pode, sem qualquer contraprestação, constranger o vizinho a lhe dar passagem, cujo rumo será judicialmente fixado, se necessário.
- c) Em se tratando de vãos, ou aberturas para luz, seja qual for a quantidade, altura e disposição, o vizinho poderá, a todo tempo, levantar a sua edificação, ou contramuro, desde que não lhes vede a claridade.
- d) Nas cidades, vilas e povoados cuja edificação estiver adstrita a alinhamento, o dono de um terreno pode nele edificar, madeirando na parede divisória do prédio contíguo, se ela suportar a nova construção; mas terá de embolsar ao vizinho o valor correspondente da parede e do chão correspondentes.

46. Sobre condomínio, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O proprietário que tiver direito a estreimar um imóvel com paredes, cercas, muros, valas ou valados, tê-lo-á igualmente a adquirir meação na parede, muro, valado ou cerca do vizinho, embolsando-lhe metade do gasto havido com a obra.
- b) Cada condômino pode usar da coisa conforme sua destinação, sobre ela exercer todos os direitos compatíveis com a indivisão, reivindicá-la de terceiro, defender a sua posse e alhear a respectiva parte ideal, ou gravá-la.
- c) Cada condômino responde aos outros pelos frutos que percebeu da coisa e pelo dano que lhe causou.
- d) Deliberando a maioria sobre a administração da coisa comum, escolherá o administrador, que poderá ser estranho ao condomínio; resolvendo alugá-la, preferir-se-á, em condições iguais, o condômino ao que não o é.

47. Sobre bens, analise as afirmativas a seguir:

I – Considera-se bem imóvel o direito à sucessão aberta.

II – Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.

III – Constitui universalidade de direito o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas ou não de valor econômico.

IV – Os bens públicos dominicais não podem ser alienados.

V – Perdem o caráter de imóveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas IV e V estão incorretas.
- c) Apenas as afirmativas II, IV e V estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas III, IV e V estão incorretas.

48. No tocante aos atos processuais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os atos processuais em que exija o interesse público ou social tramitam em segredo de justiça.
- b) Os atos processuais que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes tramitam em segredo de justiça.
- c) Os atos processuais em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade tramitam em segredo de justiça.
- d) Os atos processuais que versem sobre arbitragem, excluindo-se o cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo tramitam em segredo de justiça.

49. Sobre competência, analise as afirmativas a seguir:

I – Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações de alimentos, quando o réu tiver recebimento de renda ou obtenção de benefícios econômicos mesmo que tenha domicílio no estrangeiro.

II – A ação em que o ausente for réu será proposta no foro do domicílio do autor, também competente para a arrecadação, o inventário, a partilha e o cumprimento de disposições testamentárias.

III – Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, apenas se houver conexão entre eles.

IV – A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é derogável por convenção das partes.

V – O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas III, IV e V estão corretas.
- b) Apenas I, IV e V estão incorretas.
- c) Apenas II, III e IV estão incorretas.
- d) Apenas I, III, IV e V estão incorretas.

50. Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE a lacuna do texto:

A _____ será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte, as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documental e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante, se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa, a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

- a) Tutela da evidência.
- b) Tutela cautelar requerida em caráter antecedente.
- c) Tutela antecipada requerida em caráter antecedente.
- d) Tutela cautelar requerida após a citação.

LEGISLAÇÃO DE SAÚDE E EDUCAÇÃO

51. Com base na Lei nº 9.394/96, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A União incumbir-se-á de assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino.
- b) A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.
- c) Os conteúdos curriculares da educação básica observarão como diretrizes a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática, consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento, orientação para o trabalho, promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas formais.
- d) O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

52. Considerando a Lei nº 8.069/90, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Pessoas jurídicas podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento.
- b) Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta.
- c) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 24 (vinte e quatro) meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- d) Os detentores da guarda possuem o prazo de 10 (dez) dias para propor a ação de adoção, contado do dia seguinte à data do término do estágio de convivência.

53. De acordo com o que dispõe a Lei nº 8.080/90, analise as afirmações a seguir:

I – A direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é única, de acordo com o inciso I do art. 198 da Constituição Federal, sendo exercida no âmbito da União, pelo Ministério da Saúde, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente; e no âmbito dos Municípios, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente.

II – No nível estadual, o Sistema Único de Saúde (SUS), poderá organizar-se em distritos de forma a integrar e articular recursos, técnicas e práticas voltadas para a cobertura total das ações de saúde.

III – Caberá à União, com seus recursos próprios, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

IV – A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

V – O processo de planejamento e orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS) será decrescente, do nível local até o federal, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de saúde com a disponibilidade de recursos em planos de saúde dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I, III e V estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.

54. Com base na Lei nº 9.792/99, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A gerência e a administração da Agência serão exercidas por uma Diretoria Colegiada, composta por até três membros.
- b) Compete à Diretoria Colegiada editar normas sobre matérias de competência da Agência, que devem ser acompanhadas de justificativas técnicas e, sempre que possível, de estudos de impacto econômico e técnico no setor regulado e de impacto na saúde pública, dispensada essa exigência nos casos de grave risco à saúde pública.
- c) Dos atos praticados pela Agência caberá recurso à Diretoria Colegiada, com efeito suspensivo, como última instância administrativa no prazo de trinta dias, contados a partir da publicação oficial da decisão recorrida.
- d) Compete ao Diretor-Presidente decidir *ad referendum* da Diretoria Colegiada as questões de urgência.

55. De acordo com a Lei nº 8.069/90, assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE a lacuna do texto: _____ obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.

- a) A guarda.
- b) A família natural.
- c) A tutela.
- d) A família substituta

**LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA E
LEI COMPLEMENTAR Nº 209/12**

56. Com base na Lei Orgânica do Município de Jaguariúna, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Mesa da Câmara compõe-se de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro, os quais se substituirão nessa ordem e serão eleitos em chapa ou individualmente.
- b) Ao Presidente da Câmara compete solicitar por decisão da maioria absoluta da Câmara, a intervenção no Município nos casos admitidos pela Constituição Federal e pela Constituição Estadual.
- c) O Vereador que não tomar posse na sessão do dia 1º de janeiro, no primeiro ano de cada legislatura deverá fazê-la dentro do prazo de 15 dias do início do funcionamento normal da Câmara, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da edilidade.
- d) Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do mais votado entre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara elegerão os componentes da Mesa, que serão automaticamente empossados.

57. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Jaguariúna, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Lei Orgânica do Município poderá ser emendada mediante proposta de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal, do Prefeito Municipal, de cidadãos, mediante iniciativa popular, assinado, no mínimo, por cinco por cento dos eleitores.
- b) A proposta de emenda à Lei Orgânica do Município será votada em dois turnos com interstício mínimo de 15 (quinze) dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- c) A emenda à Lei Orgânica do Município será promulgada pelo Mesa da Câmara Municipal com respectivo número de ordem.
- d) A Lei Orgânica do Município poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou de intervenção no Município.

58. Considerando as disposições contidas na Lei Orgânica do Município de Jaguariúna, analise as afirmativas a seguir:

I – As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta de votos dos membros da Câmara Municipal, observando os demais termos de votação das leis ordinárias.

II – São de iniciativa exclusiva da Câmara Municipal as leis que disponham sobre matéria orçamentária, e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios e subvenções.

III – O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa, sendo que a Câmara deverá se manifestar em até trinta dias sobre a proposição, contados da data em que for feita a solicitação.

IV – Caso o Prefeito solicite urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa e não observado pela Câmara Municipal o prazo estipulado na Lei Orgânica do Município para resposta, a proposição será incluída na Ordem do Dia, da sessão subsequente, sobrestando-se as demais proposições, para que ultimem a votação.

V – São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou departamentos equivalentes e órgãos da administração pública.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I, IV e V estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas II, IV e V estão corretas.

59. De acordo com a Lei Complementar Municipal nº 209/12, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os cargos públicos serão criados por Lei, com número certo, denominações e padrões de vencimento específicos, podendo ser classificados segundo sua forma de provimento em efetivos ou em comissão.
- b) São reservados aos titulares de cargos públicos efetivos o percentual mínimo de 10% (dez por cento) do total dos cargos em comissão na Administração Pública Municipal.
- c) Denomina-se emprego público um conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um empregado público no interior da estrutura organizacional, cuja relação de trabalho é regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e pela legislação correlata.
- d) Denomina-se cargo público um conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor público no interior da estrutura organizacional, regido por lei.

60. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O exercício do cargo terá início no primeiro dia útil após a data da posse, podendo, tal prazo, ser prorrogado uma única vez, por no máximo 15 (quinze) dias, por solicitação do interessado e a juízo da autoridade competente para a prática do ato de provimento.
- b) O exercício de cargo em comissão não exigirá de seu ocupante integral dedicação ao trabalho, podendo o servidor ser convocado a qualquer tempo, mediante juízo de conveniência e oportunidade por parte da Administração Pública Municipal.
- c) A cessão do servidor público para outro órgão dos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá ocorrer, desde que sem prejuízo dos vencimentos do servidor cedido, cabendo a decisão a Administração Pública Municipal a qual o servidor encontra-se vinculado.
- d) A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo quando invalidada a sua demissão em virtude de decisão judicial ou administrativa e será feita no cargo anteriormente ocupado pelo servidor, ou, se transformado, no cargo resultante da transformação. Na hipótese de extinção do cargo o servidor reintegrado será colocado em disponibilidade.